

MIGRAÇÕES INTERNAS: OS CONCEITOS BÁSICOS FRENTE À REALIDADE DA ÚLTIMA DÉCADA

*Tanya M. de Barcellos**

As migrações constituem campo de estudo amplamente explorado, especialmente na Demografia, onde se gestaram e são trabalhados grande parte dos conceitos correntes na área e se observa o desenvolvimento de metodologias para a quantificação do fenômeno. Essa área tem relevância igualmente na Sociologia, onde se sobressai a análise dos determinantes estruturais das migrações e, em alguma medida, dos fatores relacionados com a situação específica de segmentos sociais migrantes, inclusive aqueles componentes ligados à questão cultural.

Fenômeno destacado na realidade brasileira, as migrações são elementos imprescindíveis para a compreensão do processo de urbanização e de suas perspectivas, bem como dos contornos assumidos recentemente pela problemática urbana.

A partir de 1930, com a crise da economia cafeeira e com a industrialização que se dinamizava, o País assistiu a um movimento populacional de dupla direção: de um lado, a população expulsa do campo dirigiu-se para o interior dos estados, especialmente para o oeste de São Paulo e, posteriormente, para o norte e o oeste do Paraná e de Santa Catarina; de outro lado, houve um deslocamento massivo de população para as cidades, especialmente para o eixo Rio—São Paulo (MARTINE, CARVALHO, 1989). Nos anos 50, o novo patamar da industrialização veio acentuar essa tendência, que se encaminhou na direção de uma configuração altamente concentrada na Região Sudeste, característica que marca a urbanização brasileira ainda no período mais recente.

No entanto foi a partir dos anos 60, com a introdução de mudanças significativas na produção agrícola, que se tornou mais profundo o significado da migração rural-urbana e da concentração populacional que ocorre nas grandes cidades (MARTINE, 1987).

As novas condições, hoje dominantes, permitidas pelo desenvolvimento tecnológico em termos dos avanços nos meios de comunicação e pela implantação de

* Socióloga da FEE.

infra-estrutura no território nacional, bem como o decorrente incremento da circulação de informações, conduziram o País a um outro patamar de "fluidez do espaço", trazendo possibilidades extremamente ampliadas de mobilidade das populações (IBGE, 1988). Ao mesmo tempo, as profundas mudanças nos aspectos técnicos da produção industrial e agrícola introduzem outras alternativas locais para as atividades produtivas industriais, fora das concentrações metropolitanas, bem como estabelecem novas relações entre a produção agrícola e a indústria, colocando grandes desafios aos estudiosos das migrações, já que implicam o surgimento de uma maior complexidade no quadro de manifestações do fenômeno.

Até 1970, podemos encontrar um grande número de análises que nos informam sobre as principais características e tendências das migrações no País. A intensidade do crescimento urbano e do esvaziamento de áreas rurais, associada à definição de políticas de migrações internas e a um privilegiamento desse campo de estudos no âmbito do planejamento — que criou, inclusive, o Programa de Pesquisas sobre Migrações Internas —, ensejou a produção de muita pesquisa sobre o tema, especialmente por órgãos do Governo (HASENBALG, 1991).

Já na década de 80, presenciamos a um refluxo dessa produção, havendo, inclusive, um subaproveitamento das informações geradas pelo Censo de 1980. Esse levantamento trouxe algumas inovações nos quesitos que investigam as migrações, as quais não tiveram a devida atenção por parte dos pesquisadores da área.¹ A crise experimentada pela economia brasileira nessa década é, em parte, responsável por esse refluxo. De um lado, houve um decréscimo nas taxas de crescimento populacional, em especial daquelas relativas à população urbana, reduzindo um pouco o interesse pelas migrações; de outro, o próprio Estado teve seus recursos reduzidos e passou a priorizar outros problemas no seu planejamento (HASENBALG, 1991).

Podemos observar, em síntese, que, até a década de 70, a grande questão no que diz respeito às migrações era o êxodo rural, e, em termos teóricos, a conhecida equação que relaciona modernização agrícola/estrutura fundiária com industrialização/marginalidade, enquanto bases da extraordinária urbanização do período pós 60, dava os fundamentos para uma interpretação macroestrutural do problema. Hoje, temos uma

¹ São as seguintes as alterações introduzidas no Censo Demográfico de 1980, relativamente aos quesitos sobre migrações, face ao Censo de 1970, segundo Carvalho (1985): introdução, em 1980, de um quesito sobre migração intramunicipal, correspondente à mudança no quadro domiciliar do município; indicação do município de procedência, questão feita aos migrantes com menos de 10 anos de residência no município — (primeira vez em que o Censo levanta esse quesito, antes só era identificada a Unidade da Federação (UF) — de procedência); em 1980, as informações solicitadas quanto à UF de residência anterior, ao tempo de residência na UF e no município e à situação de domicílio no município de residência anterior são as mesmas de 1970, porém dirigidas a todos os residentes e não só aos não naturais. Essa mudança permite a mensuração e a análise da migração de retorno, aos municípios, de seus naturais e possibilita incluir nas estimativas de imigração e emigração interestadual também as pessoas que tiveram como destino o município de nascimento; a informação sobre a UF de residência anterior limitou-se, em 1980, aos com menos de 10 anos de residência nos municípios.

realidade predominantemente urbana, e as análises mostram uma redução no ritmo de emigração do campo, bem como o aparecimento ou crescimento de outros centros ao lado das metrópoles. Sendo assim, não podemos deixar de indagar acerca do aumento da importância de dimensões do fenômeno migratório que podem requalificar o quadro já explicitado para os anos 60.

Com este artigo queremos refletir sobre as possibilidades explicativas do corpo conceitual corrente na Sociologia e na Demografia para tratar do fenômeno migratório, tendo em vista as profundas mudanças que se observam na realidade do País.

Trataremos inicialmente de explicitar esses conceitos, procurando destacar a contribuição sociológica à abordagem demográfica. Num segundo momento, queremos levantar quais as questões da realidade brasileira que repercutem no campo investigatório das migrações, procurando demarcar alguns pontos fundamentais no âmbito do enorme desafio teórico que representa a compreensão das novas configurações do fenômeno.

É importante esclarecer que a reflexão proposta neste texto representa uma incursão limitada e preliminar sobre a ampla bibliografia disponível, visando explorar especialmente algumas de suas principais fontes, de modo a estabelecer parâmetros iniciais para pautar a discussão acerca do processo de geração de conhecimento sobre o fenômeno nos seus contornos atuais.

Os principais conceitos na abordagem da Demografia

Um dos principais veículos para a publicação de trabalhos sobre o tema das migrações, dentro da abordagem demográfica, é a **Revista Brasileira de Estatística**, do IBGE. Os estudos publicados nessa revista serviram-nos de material básico para realizarmos uma espécie de inventário dos principais conceitos utilizados na análise demográfica das migrações.²

Esses estudos trabalham fundamentalmente com o conceito de **movimentos**, ou **fluxos migratórios**, enquanto correntes populacionais que se deslocam de uma área configurada como de **expulsão** (em geral rural ou pouco urbanizada) para uma área de **atração** (uma grande cidade ou metrópole). São consideradas como áreas de expulsão aquelas com fraco crescimento demográfico e de atração as que, ao contrário, apresentam altas taxas de incremento populacional.

² A base para a discussão que trazemos, no que se refere aos trabalhos da Demografia, são os textos publicados entre 1970 e 1989, pela **Revista Brasileira de Estatística**, publicação periódica do IBGE. Especificamente, foram considerados os seguintes artigos: Barbosa e Lindquist (1971), Barros (1971), Bremaeker (1977), Carvalho (1982), Castro (1977), Geiger *et al.* (1974), Madeira e Castro (1978), Siqueira (1979, 1980).

Como correspondentes dos conceitos de atração e expulsão aparecem os de **origem e destino** dos fluxos, ou seja, locais caracterizados como de alta frequência enquanto pontos de chegada e de saída de migrantes, estando referidos, em geral, aos municípios, estados ou regiões do País. Na realidade, não há diferenciação de conteúdo entre essa dupla denominação: trata-se de encontrar os lugares de onde provêm e para onde se dirigem os migrantes.

Em função das evidências empíricas, que demonstram a existência de um percurso complexo entre a origem e o destino das correntes migratórias, os pesquisadores introduzem a idéia de **etapas** ou **caminho migratório**, que, embora de difícil reconstituição através das informações censitárias, é sempre ressaltada pela sua importância na compreensão das migrações.

Outro ponto destacado, e que integra o conjunto de conceitos trabalhados nesses estudos, é a **seletividade** presente no processo migratório, questão que remete à existência de alguns atributos definidores de quem migra, considerando um determinado grupo social. Esses atributos têm referência em um quadro de variáveis demográficas, contemplando especialmente o sexo, a idade e o nível de instrução. O tema da seletividade, inclusive, vai originar uma série de estudos, cujo móvel é examinar as características da população migrante comparativamente às da população "natural".

Grande parte dos conceitos presentes nas análises e nas discussões do IBGE exprimem uma preocupação em avaliar a dimensão quantitativa das migrações. Poucas noções revelam um olhar mais voltado para aspectos qualitativos do processo migratório, como é o caso da migração de retorno, a qual, embora de difícil mensuração através dos dados existentes, é sempre alvo de discussão visando alcançar outros meios empíricos de análise, sendo representativa da complexidade dos elementos constitutivos desse processo. Do mesmo modo, a idéia da seletividade impressa nas migrações envolve também uma busca no sentido de caracterizar dimensões qualitativas do fenômeno.

Na verdade, é muito grande, na bibliografia disponível sobre o tema das migrações internas, a presença da perspectiva demográfica de análise, onde as migrações, juntamente com a fecundidade, se constituem em componentes do crescimento populacional das diferentes regiões do País.

Nesse sentido, busca-se, fundamentalmente, dimensionar o fenômeno e avaliar a sua intervenção na distribuição espacial da população, o que encaminha as análises para abordagens quantitativas e descritivas. A questão explicativa é levantada, no mais das vezes, na tentativa de instrumentalizar o planejamento econômico e social, de modo a estabelecer controles sobre a excessiva concentração das metrópoles, o que conduz a indagações acerca das causas do êxodo demográfico, quando, então, aparecem fatores dizendo respeito basicamente à situação econômica da região que expulsa população. Constituem-se, portanto, em pesquisas de caráter mais aplicado.³

³ Ver, especialmente, Barros (1971), Castro (1977), Madeira e Castro (1978), Bremaeker (1977).

As análises sobre as migrações, dentro desse enfoque pragmático, em que se introduz algum tipo de reflexão teórica, podem ser agrupadas em torno de duas perspectivas que, na verdade, se complementam.

A perspectiva mais corrente é aquela que tem por marco principal, no contexto explicativo dos movimentos migratórios, o processo de industrialização/urbanização.⁴ Outros estudos são conduzidos por uma concepção mais estritamente econômica, que entende as migrações como o resultado da redistribuição de recursos humanos num mercado de trabalho considerado espacialmente. Essa segunda perspectiva, muitas vezes, aparece como um desdobramento da anterior. O raciocínio geralmente inicia com a descrição da tendência concentradora de população que acompanha a industrialização, onde os deslocamentos do campo para a cidade são fundamentais, chegando, então, nas questões que remetem à realocação da mão-de-obra no território.

A emigração rural, assim, é sintetizada como um processo de redistribuição de recursos humanos, constituindo-se, ademais, em fator "aliviador" da oferta excessiva de força de trabalho nas áreas rurais. As migrações aparecem, implicitamente, como elementos com potencial "harmonizador" das desigualdades entre áreas geográficas.

Essa concepção está profundamente enraizada nas vertentes contemporâneas da teoria econômica neoclássica, que entendem os movimentos migratórios como uma realidade correspondente à "mobilidade geográfica dos trabalhadores", a qual emerge dos desequilíbrios espaciais dos chamados fatores de produção (terra, capital e recursos naturais) (SALIM, 1992, p.122) e cumpre um papel positivo de harmonização desses desequilíbrios. São pressupostos básicos, dentro dos marcos neoclássicos, a existência de diferenciais de salário e oportunidades de emprego entre diferentes áreas e de uma racionalidade individual que calcula custos de permanência e mudança, assim como uma percepção das migrações como resultado da soma de decisões que são individuais (SALIM, 1992).

As concepções acima referidas podem ser examinadas à luz de duas abordagens dentro da Sociologia: a construção teórica "clássica" de Singer (1976), que define um marco macroestrutural para a compreensão das migrações, cujo fundamento é o desenvolvimento do capitalismo; e o enfoque usado por Martins (1986) em estudo sobre as migrações temporárias, onde trata das manifestações concretas do problema em nossa realidade. Introduzindo no campo de reflexão sobre o fenômeno o plano das representações sociais, Martins busca os vínculos das migrações temporárias, em suas várias manifestações, com as formas de valorização do capital e com as mudanças nas relações sociais de produção.

Em termos gerais, os conceitos demográficos, através do tratamento dado às migrações por Martins e Singer passam a ter referência no contexto histórico e a encontrar sustentação na base teórica que a Sociologia aporta e que, no caso desses autores, são conceitos ligados à tradição do materialismo histórico, como o de classe social, de modo de produção, de valorização do capital e de relações de produção.

⁴ A abordagem de Siqueira, 1979 e 1980, é exemplar relativamente aos estudos do IBGE.

A contribuição da Sociologia

Na perspectiva sociológica, uma das abordagens mais marcantes sobre o fenômeno migratório no Brasil foi desenvolvida por Singer (1976). Ele utiliza, como ponto de partida de sua análise, a hipótese economicista que relaciona as migrações com a industrialização, descrevendo o modo como ocorre a aglomeração espacial provocada pelo processo de produção industrial. A necessidade de utilizar uma mesma infra-estrutura de serviços especializados e a possibilidade de usufruir de "economias externas", decorrentes da complementaridade que se verifica entre os estabelecimentos industriais, são os principais fatores explicativos (SINGER, 1976).

Dentro dessa lógica, observa que, após detonado o processo de industrialização, há afluxo de população para a região, que passa a apresentar forte crescimento demográfico, o qual, por sua vez, traz consigo um aumento do consumo de bens e serviços, o que atrai novas atividades produtivas.

Seguindo esse raciocínio, Singer mostra que, seguindo a ótica centrada nessa lógica da industrialização, as migrações se constituiriam simplesmente em um "(...) mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta (...) ao rearranjo das atividades econômicas" (SINGER, 1976, p.33). Tal concepção reduziria o processo migratório a um derivado direto da industrialização, não incorporando, segundo o autor, os aspectos institucionais e históricos, enquanto fatores fundamentais na determinação desse processo.

Visando demonstrar como esses aspectos se articulam e interferem nas características das migrações, Singer realiza uma análise estrutural do processo migratório nos marcos da sociedade capitalista. Esclarece, inicialmente, que a industrialização não é um processo espontâneo e que ela se viabiliza através da ação de "(...) arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação de capital e, de outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas que incorporam os novos métodos industriais de produção" (SINGER, 1976 p.34). Saliêta, ademais, que esses arranjos têm natureza diferenciada conforme o contexto histórico, procurando ilustrar como a intervenção do quadro institucional favorece a concentração do capital e a concentração espacial das atividades econômicas.

A industrialização, na realidade, envolve sempre um deslocamento significativo de atividades e de população do campo para as cidades, sendo este um movimento que não ocorre de forma equilibrada, provocando desigualdades regionais, de tal modo que algumas áreas ficam esvaziadas e outras extremamente adensadas.

Para Singer, essas disparidades regionais são elementos-chave no processo migratório que caracteriza a industrialização capitalista. As populações das regiões empobrecidas, que não oferecem oportunidades econômicas, vivenciam um quadro de rebaixamento do nível de vida, surgindo uma situação favorável à expulsão de grandes contingentes demográficos.

Com relação à **expulsão**, o autor identifica dois tipos de fatores atuando nas migrações: os fatores de **mudança**, decorrentes da introdução de relações capitalistas no campo, e os fatores de **estagnação**, relacionados com limitações na disponibilidade de terra, seja pela própria insuficiência física de terras cultiváveis, seja pela monopolição da posse da terra por grandes proprietários.

Se destacamos a construção teórica que Singer faz a partir de sua análise de um determinado momento da realidade brasileira, não podemos encontrar, em seu enfoque, respostas para a diversidade de situações que podem se configurar a partir da pressão que a produção agrícola capitalista vem exercendo sobre a pequena produção. Na verdade, o conceito de **expulsão**, de certo modo, é hoje, simplificador diante da complexidade com que a realidade se expressa face às transformações que acompanham o avanço do capitalismo no campo. É necessário atualizarmos as bases empíricas de sua construção, incorporando, inclusive, fatores "urbanos" de **expulsão**, de modo a recuperar o seu poder explicativo, que, na verdade, se encontra no processo de transformação das relações de produção.

Além dos **fatores de expulsão**, que estão na origem dos movimentos migratórios, Singer distingue também **fatores de atração**, ou seja, aqueles que vão definir o destino desses fluxos. Entre estes é salientada "a demanda por força de trabalho", que envolve não somente aquela que deriva da produção industrial, mas igualmente a que se origina no desenvolvimento das atividades de prestação de serviços que acompanha o processo de industrialização. Embora enfatizando os aspectos mais visíveis e objetivos ligados ao poder polarizador da indústria e subestimando os fatores culturais e individuais, o conceito de **atração** trabalhado por Singer ainda pode, enquanto relação com a demanda, incluir outras situações, como, por exemplo, a ocupação de fronteiras agrícolas e a construção de grandes obras. Entretanto, se pensarmos nos requerimentos das novas formas de produção, da chamada produção flexível, será necessário requalificar essa **atração**, já que a configuração do emprego de força de trabalho se altera, tanto na indústria como nos serviços. Essa transformação afeta não somente o volume do emprego, mas também as características da mão-de-obra.

Na seqüência, o autor trata de demonstrar de que modo a dimensão do problema migratório se avoluma quando se comparam os países ditos não desenvolvidos aos países desenvolvidos, sendo importante, nesse ponto, chamar atenção para a introdução, na abordagem, do conceito de **desenvolvimento**.

O volume maior dos fluxos de migrantes e a qualidade dos seus efeitos deriva, primeira-mente, da rapidez e da intensidade com que as mudanças tecnológicas são introduzidas, o que, no período estudado por Singer, se caracterizou por ser muito mais forte no mundo não desenvolvido. Em segundo lugar, observa outra diferença, também evidenciada na análise daquele momento histórico. Há, em geral, nos países não desenvolvidos, grandes parcelas da população ligadas ao setor de subsistência, o que pode, quando da introdução de mudanças, gerar intensos fluxos migratórios, o que não ocorre no mundo desenvolvido, onde o segmento de subsistência seria pouco expressivo. Não podemos deixar de sublinhar, aqui, a leitura "evolucionista" que Singer faz do processo de desenvolvimento, visão que o impede de ver o caráter excludente da acumulação capitalista em nossa realidade.

A análise desdobra-se até envolver no raciocínio a problemática da "marginalização do migrante" enquanto não-integração do migrante no setor capitalista da economia e sua condição de reserva de força de trabalho.

Está aí traçada a relação entre migrações e desenvolvimento, que pode ser sintetizada através da seguinte passagem:

"(...) o desenvolvimento, ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma os fluxos de migração interna, embora tais fluxos estejam presentes mesmo quando não há desenvolvimento. O que importa considerar, porém,

é que só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida à cidade pelas migrações" (SINGER, 1976 p.49).

A perspectiva sociológica ligada ao enfoque histórico-estrutural, aqui sintetizada na abordagem de Singer, trata a migração como **processo social**, que envolve fundamentalmente o **grupo** e não, o indivíduo. Essa perspectiva parte da suposição de que o processo tem causas estruturais, cujo substrato é econômico, e que essas causas afetam diferenciadamente os grupos que compõem a estrutura social da área de origem. São transformações estruturais que se manifestam em mudanças na localização das atividades ou em diferenças espaciais de crescimento da produção, cujas conseqüências não serão iguais para os diversos segmentos sociais, o que conduz à identificação de uma seletividade dos fatores de expulsão. Essa seletividade é objetiva no sentido de que a determinação, no processo que leva à migração, é **social**, é de **classe**, o que não exclui a intervenção de motivações individuais, que existem, mas têm caráter subordinado, face à ação dos determinantes estruturais. Aqui, podemos ver o autor imprimindo um conteúdo teórico à noção demográfica de seletividade. O que existe, portanto, é um fluxo migratório de um grupo social, que vai percorrer um trajeto no qual existem vários pontos de origem e de destino, em função da atuação de determinantes estruturais que estão na origem desses fluxos, definindo seus desdobramentos espaciais e temporais.

O enfoque proposto encaminha o autor para uma reavaliação dos conceitos de área de **origem** e área de **destino**. A primeira deixa de ser simplesmente o lugar de onde provêm os migrantes e passa a ser a "(...) área onde se deram transformações sócio-econômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar" (SINGER, 1976 p.54). A área de **destino** não pode ser identificada somente pelo saldo migratório positivo, pois, muitas vezes, ela representa apenas uma etapa no processo: é necessário distinguir os vários fluxos que podem estar compondo um grupo de migrantes e observar em que casos essa área se constitui em ponto final.

A abordagem de Singer fornece-nos um esquema teórico global para a compreensão do fenômeno migratório nos países "não desenvolvidos", que avança, relativamente às abordagens do IBGE, especialmente pela introdução da visão histórica, marcando a especificidade com que essa realidade se expressa em diferentes momentos e lugares, e pela compreensão estrutural que tem do processo, nos níveis social, econômico e político. Seu grande mérito é, portanto, dar conteúdo histórico e teórico aos principais conceitos da Demografia. No entanto a complexidade do processo social que hoje está na base das migrações não pode ser abarcada. Na verdade, o modelo explicativo é datado, trazendo respostas para a realidade de um período histórico específico. A dificuldade de alcançar toda a complexidade do processo está, em parte, relacionada com o fato de que o ponto de partida da reflexão de Singer é uma interpretação do processo mais amplo de desenvolvimento capitalista e deste desenvolvimento no Brasil, que é problemática, particularmente pela ótica evolucionista.

Ao mesmo tempo, a opção de centrar o foco no estrutural conduziu grande parte das análises posteriores orientadas por tais pressupostos a um privilegiamento dos fatores relacionados com a produção e, em conseqüência, a uma ênfase do econômico

na explicação do fenômeno. Além disso, o peso das questões estruturais da conjuntura dos anos 70 — modernização agrícola/êxodo rural/concentração urbana — produziu uma argumentação teórica mais favorável à explicação da migração rural-urbana, deixando de lado grande parte das configurações do fenômeno migratório.

Martins (1986) aproxima-se mais da complexidade da realidade migratória, quando analisa uma de suas facetas, as migrações temporárias. Em sua reflexão, o ponto de partida é exatamente o conjunto das configurações com que o fenômeno se expressa na realidade. Demonstra que essas diferentes formas de migrações **cíclicas** e **não-cíclicas** estão referidas a condições e a efeitos sociais distintos, traduzindo diferentes concepções sobre o que é temporário e, por conseguinte, expressando distintas formas de **migração temporária**.

Para entender sociologicamente a questão, Martins (1986, p.49 e 50) introduziu a noção de **ausência**, no sentido de que é temporário o "(...) migrante que se considera a si mesmo 'fora de casa' ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente". Procura mostrar que a **migração temporária** que "demograficamente" separa os membros de uma família — pois existe um deslocamento real no espaço — é, na verdade, uma forma de articular o "desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar". Esse autor analisa situações concretas de migrações que combinam dois ciclos agrícolas e conclui que esses deslocamentos temporários desempenham um papel, de um lado, na reprodução social do camponês, que se torna assalariado para garantir sua sobrevivência como camponês, e, de outro, na acumulação de capital, uma vez que a empresa capitalista, ao utilizar o migrante como força de trabalho, não precisa gastar o que seria necessário para garantir sua reprodução como trabalhador para o capital.

O trabalhador **temporário migrante**, submetido a uma baixa remuneração, porque sua reprodução não é completamente mediada pelo capital, torna possível um aumento da composição orgânica do capital, especialmente na agricultura, pelo barateamento da mão-de-obra e pela expansão da pobreza, sem a introdução de avanços técnicos e sem desenvolvimento econômico. Com essa forma de articulação, o capitalismo engendra uma situação de separação espacial entre produção e reprodução do capital, de um lado, e reprodução da força de trabalho, de outro.

Martins, nesse artigo, indica-nos um caminho alternativo e aponta questões teóricas, que são básicas para orientar nossa investigação sobre o fenômeno nas suas várias manifestações. Por exemplo, as diferentes formas de valorização que o capital encontra, envolvendo diversas modalidades de exploração do trabalho, é uma idéia fundamental para a compreensão do problema das migrações em geral e não só dos fluxos temporários. Ao mesmo tempo, a sua reflexão sobre as dimensões **espaço** e **tempo** e a introdução do plano das representações sociais podem nos dar outro marco interpretativo para as noções de **origem** e **destino** das migrações, assim como para a idéia de **fluxo migratório**.

Indo além de Singer, a tentativa de Martins, ao trabalhar com dois planos analíticos — o estrutural, através da acumulação capitalista, e o plano das decisões e ações "individuais", via representações sociais —, conduz a um quadro explicativo onde a complexidade do real é abarcada de forma mais ampla.

Algumas observações sobre o quadro recente

Não obstante o panorama não muito explorado da última década⁵ e as enormes dificuldades teóricas com que nos defrontamos na reflexão sobre as mudanças experimentadas pela sociedade brasileira, alguns estudos mais recentes⁶ estão apontando a presença de mudanças nas características, na direção e no conteúdo dos fluxos migratórios no Brasil.

Constata-se o predomínio dos fluxos de sentido urbano—urbano e uma redução do êxodo rural, com uma perspectiva de crescimento das cidades de porte médio. O crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram, no País, alternativas distintas frente à situação das grandes metrópoles. O melhor desempenho da agricultura também contribuiu para um maior poder de retenção, ou até de atração, de pequenos núcleos urbanos do Interior.

Verificam-se, ainda, uma maior diversidade de configurações do fenômeno, sobressaindo-se movimentos **sazonais** e novas modalidades migratórias, como os movimentos **pendulares** e a migração de **retorno**, e, em termos gerais, um aumento das migrações de **curta distância**.

Do ponto de vista dos grupos envolvidos, observa-se a presença de "novos" fluxos, abrangendo as classes médias e os trabalhadores qualificados atraídos pelas oportunidades de emprego em setores dinâmicos da produção agrícola e industrial fora das grandes metrópoles. Nestas, continuam chegando os "clássicos" fluxos de pobreza, originados nas áreas agrícolas, fluxos que também passaram a se orientar para outras regiões industriais.

A crise das grandes cidades, que apresentam reduzidas oportunidades de emprego e oferta de serviços públicos, assim como as novas tendências quanto à absorção de trabalhadores pelas atividades "modernas" do Setor Terciário, cujas exigências implicam uma exclusão crescente dos segmentos sociais menos capacitados, vêm produzindo até mesmo uma expulsão de contingentes populacionais que saem das grandes metrópoles, invertendo, de certo modo, a tendência direcional "clássica" dos fluxos migratórios. A migração de **retorno**, que parece ter aumentado sua representatividade na última década, é uma das facetas dessa crise. Ao mesmo tempo, ela pode estar refletindo também a crise das políticas de colonização, problemáticas enquanto tentativas de implantação de um modelo fechado de desenvolvimento agrícola (SANTOS, 1986).

⁵ Além do escasso aproveitamento que teve o Censo de 1980, é necessário levar em conta o atraso na publicação das informações do questionário censitário do Censo de 1991 e a não-divulgação dos dados amostrais, onde estão contemplados os quesitos específicos sobre as migrações.

⁶ São considerados aqui os estudos de Martine e Carvalho (1989), Patarra e Baeninger (s.d.), Perillo e Aranha (1992), Bogus *et al.* (1990) e Sales (1989).

O conjunto dessas transformações está grandemente relacionado com uma maior capacidade de retenção, e até de atração, do Interior, o que se ligaria a dois fatores. De um lado, levanta-se o processo de reestruturação das bases da produção industrial, responsável por um movimento de dispersão dessa produção. As mudanças na estrutura produtiva implicaram desconcentração industrial e a criação de novos pólos de desenvolvimento no Interior (BOGUS *et al.*, 1990; MARTINE, CARVALHO, 1989). De outro lado, encontramos as articulações econômicas relacionadas com o desenvolvimento do capital industrial e do agroindustrial, através das quais novas relações são estabelecidas entre o campo e a cidade. O fenômeno da urbanização amplia-se para o campo, onde crescem as formas de consumo, inclusive de consumo produtivo, através da incorporação de ciência e informação às áreas rurais, transformando a estrutura social e as relações sociais (SANTOS, 1993). A moderna agricultura passa a utilizar o trabalho volante de moradores urbanos. A indústria fora das grandes metrópoles desenvolve formas de produção que envolvem a utilização do trabalhador que vive nas áreas rurais. São exemplos os *atelier* de trabalho a domicílio, que executam partes do processo de produção industrial, o emprego direto do agricultor na indústria e o trabalho "integrado" entre agroindústria e pequeno produtor agrícola.

Finalmente devemos mencionar a interferência, no quadro de mudanças que caracteriza o período recente, da crise econômica dos anos 80, cujo peso é significativo, embora difícil de ser avaliado. É necessário considerarmos que os efeitos da crise tornam nebulosa a separação entre os componentes estruturais e conjunturais dessas transformações, que parecem estar conduzindo à desconcentração populacional e à redução dos fluxos migratórios para as grandes metrópoles.

O desafio teórico

Muitos são os problemas conceituais postos pelo contexto de mudança que está sumariamente descrito no item anterior. No entanto, para efeitos da reflexão que estamos realizando neste artigo, queremos trazer um ponto para discussão, o qual nos parece ser básico para pensar as migrações na realidade brasileira atual.

A questão do **êxodo metropolitano**, a migração de **retorno** e as novas condições de **atração** relacionadas com a situação do Interior e até com o campo colocam-nos diante de uma espécie de **ruptura** com o referencial teórico que marcou as análises sobre as migrações no Brasil, nos anos 60 e, em parte, na década de 70. Tal ruptura, na verdade, tem a ver muito mais com a visão de desenvolvimento que preside aquelas abordagens do que com os princípios da tradição do materialismo histórico, que sustentam o enfoque histórico-estrutural.

A visão evolucionista de desenvolvimento que encontramos no trabalho de Singer, de um lado, e o quadro econômico dos anos 70, marcado pela modernização agrícola e pelo êxodo rural, de outro, constituíram o suporte para a produção de conhecimento derivada da perspectiva histórico-estrutural. Tais pressupostos conduziram a formulações que, na verdade, são mais coerentes para compreender um dos aspectos do

fenômeno migratório, ou seja, a migração rural-urbana, que, naquela conjuntura, era ponto crucial no interior da problemática dos movimentos populacionais.

Não podemos esquecer, porém, que, dentro do enfoque histórico-estrutural, as migrações são explicadas no quadro das mudanças que se verificam na estrutura da produção em uma formação social particular, ou seja, que a ênfase recai no conhecimento de fenômenos que são historicamente determinados, implicando, portanto, a possibilidade de reconhecimento de múltiplos movimentos populacionais, decorrentes de alterações das condições estruturais nos planos econômico, social e político. Nesse sentido, cabe considerar as virtualidades explicativas do enfoque estrutural, procurando salientar a importância da pesquisa de fatores que atuam não só nas áreas de origem, como, em geral, foi realizado por muitos estudos derivados dessa abordagem no Brasil, mas considerar o conjunto das mudanças que a produção está experimentando. Além disso, é fundamental a realização do exercício teórico de buscar as articulações entre o estrutural e o individual, este último entendido enquanto "(...) interiorização das determinações estruturais" (SANTOS, s.d.). Assim, é preciso ter em mente a existência de fatores que se situam na mediação entre as condições estruturais e as motivações estritamente individuais. São campos privilegiados para avançar nessa direção a análise dos sistemas urbanos, dos movimentos sociais, das redes sociais e das políticas públicas, onde encontramos elementos que podem influir no quadro mais amplo que define o volume e a direção dos fluxos migratórios (SALIM, 1992).

A realidade brasileira dos anos 80 expôs as fragilidades das abordagens desenvolvidas sob o foco histórico-estrutural, cuja compreensão acerca da dinâmica da sociedade no "mundo não desenvolvido" deve, necessariamente, ser repensada em função das profundas transformações econômicas, sociais e políticas que a nova etapa do capitalismo está trazendo.

Assim, no processo de conhecimento da problemática migratória, tendo em vista as suas manifestações mais recentes, é necessário trabalhar no sentido de procurar, com estudos específicos, identificar, em nossa realidade, as mudanças significativas que estariam dando conteúdo aos conceitos correntes na área, bem como avançar no sentido de captar, como propõe Santos (s.d.), os nexos existentes entre os condicionantes estruturais do fenômeno e a especificidade das situações dos grupos sociais migrantes, tendo em vista as posições que ocupam na estrutura da sociedade.

Bibliografia

- BARBOSA, Carlos Marcos, LINDQUIST, Merton Vicent (1971). Programa de pesquisas domiciliares no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v.32, n.127, p.298-330, jul./set.
- BARROS, Ernani Thimoteo de (1971). Aplicações dos resultados do censo demográfico. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro: IBGE, v.32, n.126, p.191-201, abr./jun.

- BOGUS, Lúcia M. Machado et al. (1990). Processo migratórios no estado de São Paulo: resultados de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. *Anais...* v.1, p.427-460.
- BREMAEKER, François E. J. (1977). O fenômeno do exodo demográfico nos municípios. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.38, n.160, p.159-176, abr./jun.
- CARVALHO, José Alberto Magno de (1982). Migrações internas: mensuração direta e indireta. *Revista Brasileira Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.43, n.171, p.549-583, jul./set.
- CARVALHO, José Alberto Magno de (1985). Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, ABEP, v.2, n.1, p.31-37, jan./jun.
- CASTRO, Mary Garcia (1977). Indicadores sociais e migrações internas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.39, n.153, p.3-34, jan./mar.
- GEIGER, Pedro Pinchas et al. (1974). Migrações internas e urbanização na estruturação do espaço nacional. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.25, n.139, p.411-428, jul./set.
- HASENBALG, Carlos (1991). **A pesquisa sobre migrações, urbanização, relações raciais e pobreza no Brasil: 1970-1990**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Sociedade Brasileira de Instrução (Série Estudos, n.82).
- IBGE (1988). **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro.
- MADEIRA, João Lyra, CASTRO, Mary Garcia (1978). Proposições de linhas de informações e pesquisas: áreas de migrações internas. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v.39, n.154, p.127-192, abr./jun.
- MARTINE, George (1987). **Migrações internas no Brasil: tendências e perspectivas**. 18p. (mimeo).
- MARTINE, George, CARVALHO, José Alberto M. de (1989). Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n.2, p.61-91, dez.
- MARTINS, José de Souza (1986). O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis-RJ: Vozes. p.43-61.
- PATARRA, Neide L., BAENINGER, Rosana (s.d.). **Movimentos migratórios: novas características, novas implicações**. (mimeo).
- PERILLO, Sonia Regina, ARANHA, Valmir José (1992). Tendências recentes da migração. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.6, n.3, jul./set.

SALIM, Celso Amorim (1992). Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., São Paulo. *Anais...* São Paulo: ABEP. v.3.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (1986). *Matuchos, la rêve de la terre: étude sur le processus de colonisation agricole et les lutes des paysans meridionaux aux Bresil: 1930-1984*. Université de Paris X - Nanterre. (These de doctorat d'État en Sociologie; mimeo).

SANTOS, José Vicente Tavares dos (s.d.). *Camponeses e trajetórias migratórias: do sul para a amazônia ocidental*. (mimeo).

SANTOS, Milton (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC.

Abstract

In order to understand the population movements in Brazil, this paper intends to discuss some current conceptual models in demography and sociology of migrations, considering the deep changes occurred recently.

Dealing with the main concepts of demography, the paper also identifies the contribution of the sociological approach to the analysis of brazilian migrations.